**AS HISTÓRIAS QUE NÍNGUEM VÊ: Uma análise sobre as estratégias de sobrevivência e os preconceitos vivenciados pôr a população em situação de rua**

**MATOS, Maria dos Remédios[[1]](#footnote-1)**

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo discutir sobre as estratégias de sobrevivência e os preconceitos vivenciados pôr a população em situação de rua, bem como analisar o contexto histórico, conceitos e caracterizações deste segmento. Para a realização do estudo foi utilizado à pesquisa bibliográfica, com objetivo de proporcionar ao investigador uma cobertura ampla da temática. Assim, o desenvolvimento da pesquisa foi dividido em três partes para uma melhor compreensão do que se buscava analisar durante o trabalho. Com o estudo, percebeu-se que as pessoas em situação de rua, busca estratégias de sobrevivência para se manter dentro da sociedade capitalista, e que ainda são marginalizadas pela sociedade, ao serem consideradas como inúteis, improdutivos, vagabundos e preguiçosos.

**Palavras – chaves:** População em Situação de Rua, Preconceito, Estratégias de Sobrevivência.

**INTRODUÇÃO**

O fenômeno população em situação de rua é uma questão que ultrapassa anos e se mistura ao mundo da visibilidade e da invisibilidade, expressando a profunda desigualdade social que é própria da sociedade capitalista. Segundo Bursztyn, (2003, p. 19), “Viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto a própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo”.

A população em situação de rua, expressa assim, claramente a profunda desigualdade social que é própria da sociedade capitalista. E desta forma este segmento busca meios para sobreviver na sociedade capitalista, e além disso, ainda é estigmatizada sofrendo assim preconceitos pôr a sociedade em geral.

Neste sentido, o presente trabalho traz uma discussão sobre a população em situação de rua, suas estratégias de sobrevivência, bem como os preconceitos enfrentados por eles. Assim, os objetivos específicos da pesquisa estão definidos da seguinte forma: contextualizar a história da população em situação de rua, discutir sobre os conceitos e caracterizações da população em situação e rua, além de identificar quais são as estratégias de sobrevivência e os preconceitos enfrentados por eles.

O método adotado para a realização deste trabalho foi o descritivo-explicativo, que é um método de interpretação dinâmico e totalizante da realidade. Visto que, os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político e econômico. Os procedimentos adotados foram à pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002, p. 44) “é desenvolvida com base em material já é elaborado, constituindo, principalmente, de livros e artigos científicos. Deste modo as bibliografias utilizadas para a construção da pesquisa e para a base de dados foram por meio de livros, de sites científicos como scielo, katalysis, além do uso de artigos científicos e dissertações de mestrados que possibilitaram a elaboração do artigo.

Este artigo justifica por acreditar-se que esta é uma temática pouca debatida nos espaços acadêmicos, e na sociedade como um todo, além da população em situação de rua ser alvo de preconceitos, há ainda um desinteresse do Estado e da sociedade por este segmento. Diante disso frisa-se a relevância teórica da pesquisa, pois pretende-se buscar conceitos teóricos que venham a contribuir com a visão crítica a respeito da pessoa em situação de rua, como também da efetivação das políticas públicas como garantia de direitos.

Assim, a pesquisa busca apresentar discussões pertinentes que venham contribuir para debates e pesquisas futuras a respeito dessa temática, ampliando assim uma visão crítica e o conhecimento sobre este conteúdo.

**1** **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

A população em situação de rua (PSR) é um fenômeno mundial que ganha distintos contornos em cada país ou região de acordo com o contexto histórico, social e cultural.

A presente pesquisa concorda com a visão de Silva (2009) de que a população em situação de rua constitui-se enquanto fenômeno social inerente a forma de estruturação da sociedade capitalista. Nas palavras da autora:

A história do fenômeno população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente, nas cidades os absorvesse com a mesma celeridade com que se tornaram disponíveis [...]. É nesse contexto que se origina o fenômeno população em situação de rua. No seio do pauperismo, que se generalizou por toda a Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições necessárias à produção capitalista (SILVA, 2009, p. 25).

Ao longo do feudalismo, os camponeses e trabalhadores rurais tinham seu espaço de moradia e faziam atividades para os donos das terras em troca de recompensas. Entretanto, ocorreu um procedimento de mudança na economia europeia no qual as terras camponesas foram furtadas e transformadas em áreas industriais, se tornando propriedades privadas, forçando os camponeses e trabalhadores rurais a saírem de suas terras e irem para as cidades. Segundo Dantas (2012, p.39),

[...] camponeses e trabalhadores rurais tiveram que sair de suas terras e ir para as cidades. Foi do processo de migração dos camponeses, que tinham como um dos objetivos ser contratados pelas grandes indústrias e ter uma nova forma de sustento, e da não contratação de todo esse segmento populacional que muitos tiveram que viver nas ruas das cidades, tendo muitas vezes que roubar e pedir esmolas para sobreviver. Foi assim que surgiu e cresceu o fenômeno da população em situação de rua.

Como os camponeses eram acostumados com o modo de vida da subsistência que possuíam no campo, muitos tinham dificuldades em se adaptar à nova disciplina burguesa, e se os mesmos recusassem ao trabalho imposto pela necessidade feroz da acumulação do capital, a burguesia contava com uma forte legislação de punição com o apoio do Estado no controle excessivo da vida da classe trabalhadora. Aqueles que não eram absorvidos pelas fábricas através da venda da força de trabalho tornavam-se mendigos, pedintes, ladrões e vagabundos que ficavam perambulando nas ruas.

Então considera-se que foi através de todo esse processo histórico que surgiu a acumulação primitiva, onde os trabalhadores rurais são expulsos de suas terras e passam a ter que vender sua força de trabalho para as grandes indústrias que estavam surgindo. Silva (2009) explica esse processo ao discutir que:

Os que foram expulsos de suas terras não foram absorvidos pela indústria nascentes com a mesma rapidez que se tornaram disponíveis, seja pela incapacidade da indústria, seja pela dificuldade de adaptação repentina a um novo tipo de disciplina de trabalho. Dessa forma, "muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em partes por inclinação, mas na maioria dos casos por forças das circunstâncias" (ibid:851), Foi o início de um fenômeno que se generalizou, atingindo toda a Europa Ocidental, no último quartel do século XVIII: o pauperismo (SILVA, 2009, p 95).

Entende-se que com o desenvolvimento do capitalismo, assim como sua produção e reprodução, surgiu um processo de formação de um exército industrial de reserva que mantém a oferta e procura de trabalho de acordo com as necessidades de expansão do capital. Assim, as condições histórico-estruturais que originaram e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que deram origem ao capital e asseguraram a sua acumulação, resguardadas as especificidades históricas, econômicas e sociais de cada país (SILVA, 2009).

Afirma-se então que com a Revolução Industrial, um número significativo de pessoas para conseguir a sua sobrevivência, passou a vender a sua força de trabalho. De modo consequente, deu iniciou-se a formação da classe trabalhadora (proletariado) e do movimento de organização dessa classe contra o modo de produção capitalista, que cada vez mais fazia com que a quantidade de sobrantes desenvolvesse.

Diante disso, afirma-se que a questão do fenômeno população em situação de rua relaciona-se as condições de pauperização da classe trabalhadora e desemprego em massa que se constituem condições essenciais ao desenvolvimento capitalista. Segundo Silva (2009, p. 27):

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestante das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e, dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. Nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa.

Em linhas gerais, pode-se dizer que foram essas condições histórico estruturais que deram origem ao fenômeno do pauperismo, ao qual está vinculado a população em situação de rua. Diante disso, a população em situação de rua passa a ser excluída pelo sistema capitalista.

**2** **CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

É impossível analisar ou estabelecer conceitos que admitam uma só interpretação, que seja segmentado ou mesmo imediato sobre o fenômeno população em situação de rua. Conforme esclarece Rosa (2005, p.65), “a expressão população de rua é de fato, um conceito amplo e genérico e apresenta deficiências e insuficiências que não dão conta da complexidade do que significa viver nas ruas”.

A preferência por esta definição, como também dos termos pessoas, indivíduos ou população em situação de rua, se deve ao fato de se acreditar conforme Siqueira e Pereira (2010, p. 1) que são termos que “[...] atribuem a este fenômeno um caráter processual e transitório, não identificando diretamente o indivíduo com a rua, mas com uma circunstância adversa e possivelmente passageira”. Desta forma, a expressão “situação de rua”, dá a ideia de um processo que não será fundamentalmente determinante. Além disso, é o termo mais empregado pela grande parte dos autores que atualmente estudam sobre a temática em questão.

Silva (2009) define pessoas em situação de rua como:

Grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que os constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos dos viadutos) e as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitarem, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no curso da construção de saídas de ruas (SILVA, 2006, p.29).

A população em situação de rua acontece em virtude de vários fatores, como doenças mentais, falta de acesso ao trabalho, conflitos familiares e fragilização de seus vínculos, abandono, ou também podem viver nessas condições devido a desastres naturais, fulga de crimes, por opção (hippie), entre outros. Silva (2006), coloca que são diversos fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua, tais como fatores estruturais como a ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc, fatores biográficos como alcoolismo, drogas, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc., além de desastres de massa ou naturais como as enchentes, incêndios, terremoto, etc. Segundo a autora, se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado em uma única perspectiva. Desta forma, entende-se que são múltiplas as causas de se ir para a rua, assim como são variadas as realidades vivenciadas por este segmento.

Em relação à família das pessoas em situação de rua, o estudo de Silva (2009) demonstra que eles têm referência familiar, sabem onde estão e como encontrar seus familiares, mas não os procuram porque os laços de união se encontram fragilizados e ou completamente interrompidos.

Conforme Costa (2005, apud Castel, 1997), a população em situação de rua é vista como “sobrantes”, pois estão fora da estrutura econômica e social, no qual não participam de forma ativa na sociedade de consumo, e nem do processo relativo ao trabalho e circulação de mercadorias, tornando-os rejeitados pela sociedade.

A população em situação de rua, em sua maioria encontra-se mais localizada em centros urbanos, visto que nessas áreas conseguem algum trabalho para o seu sustento. Costumam se agrupar mais em áreas comerciais, como exemplo, centro da cidade, decorrente do fato de se ter uma maior chance de conseguir doação de algum alimento ou obter algum dinheiro realizando trabalhos informais, como exemplos: guarda de carros, revenda de ingressos, venda de mercadorias, etc.).

Varanda e Adorno (2004) discutem também a respeito da permanência das pessoas que se encontram em situação de rua nos grandes centros urbanos devido às ocupações que exercem. Os autores citados dão o exemplo dos ambulantes e catadores de materiais recicláveis que são atividades realizadas com certa validade, e de outras funções que são executadas com menor presença como é o caso dos descarregadores de caminhões, guardadores de carros e carregadores de feira, por exemplo.

Essas condições cria-lhes expectativas de mudança de situação de vida, por meio das oportunidades que podem ser oferecidas, por isso leva grande parte das pessoas a querer viver nos grandes centros urbanos, entretanto, muitos ao chegarem nos centros urbanos se deparam com uma realidade diferente da que imaginavam. As formas de geração de emprego e renda não são suficientes para acatar as suas necessidades, fazendo de tal modo, com que permaneçam ou adentrem para o fenômeno população em situação de rua.

**3 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E PRECONCEITOS VIVENCIADOS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

As pessoas em situação de rua são vítimas de uma variedade de questões geradas por desigualdades sociais que foram causadas pela acumulação capitalista agravando-se assim na sociedade. Segundo Ghirardi et al. (2005), o dia a dia dessa população gira sobretudo, em torno de dois eixos básicos: a busca por meios de sobrevivência, tais como albergues para descanso e locais para segurança noturnos, e a procura por trabalhos temporários, como bicos na construção civil ou o recolhimento de materiais recicláveis para venda, que originam a arrecadação de uma pequena quantia em troca de serviços prestados.

 Assim como a classe trabalhadora procura estratégias para sobreviver à exploração do sistema capitalista, a população em situação de rua também busca mecanismos para se manter dentro do sistema capitalista. E com isso, pode-se afirmar que viver na rua não significa viver totalmente sem dinheiro ou diante de uma eliminação total do trabalho da vida do sujeito.

Conforme Martins (1997) as pessoas em situação de rua estão entre os grupos mais excluídos na sociedade, existindo entre eles diferenças em função das trajetórias individuais, como o tempo de permanência na situação de rua e as estratégias de vida particulares. Assim, estas pessoas vivem expostas a condições de vida precárias, incluindo dessa maneira, dificuldade de acesso a direitos básicos da cidadania como habitação, alimentação, trabalho, higiene e saúde.

Rozendo (2011) afirma que muitas pessoas ao estabelecerem uma reflexão a respeito da realidade vivenciada pela população em situação de rua, compreendem que este segmento populacional sobrevive apenas por meio da “mendicância”, “está implícito nos discursos o estereótipo de que na rua existem pessoas que tem como única capacidade o ato de pedir esmolas” (ROZENDO, 2011, p.1).

 Porém tendo como referência os estudos e pesquisas que procuram delinear e analisar as estratégias de sobrevivência deste segmento populacional, é possível verificar que pequena parte da população em situação de rua utiliza-se da “mendicância”, como sendo o seu principal meio de adquirir renda (BRASIL, 2008).

E como já citado, considerando as poucas transformações e alternativas pra quem vive na rua, estratégias são criadas frente à necessidade de sobreviver e modificar a realidade que à população de rua vive diariamente. Os empregos formais, quase não existentes para essas pessoas, dão lugar aos trabalhos informais e esporádicos que se encontram nas ruas, e que por isso passam a fazer parte do processo de ida para a rua na busca pelo sustento (COSTA, 2005).

Destarte, é notório também que além da dificuldade para se ter empregos formais, a população em situação de rua ainda sofre com o preconceito e a discriminação, e é chamada por diversos termos, dentre os quais: mendigos, ladrões, vagabundos, vadios, sujos, flagelados, rejeitados, pedintes, andarilhos etc. Conforme Oliveira (2011, p.1) “as pessoas que estão vivendo nas ruas estão em pobreza extrema e a sociedade em geral, tende a criminalizar a pobreza e a explicitar os preconceitos”. Segundo Silva (2009), de modo geral, as pessoas em situação de rua são vistas de maneira negativa pelos demais habitantes.

Estudos feitos por Mattos e Ferreira (2004) explicitam as representações sociais que mais comumente circulam em relação aos moradores de rua, quais sejam: “vagabundo, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo” (p.2). Do ponto de vista da identidade, o autor esclarece o quanto essas representações pejorativas influenciam negativamente o próprio movimento existencial dos moradores de rua, algumas destas atribuições estão pautadas numa concepção individualista, que entende que a culpa pela realidade da rua é exclusiva do sujeito.

Segundo Fraga (2011), as dificuldades encontradas pela população em situação de rua no seu cotidiano excedem as questões relacionadas a humilhação e desrespeito, tendo em vista que muitos são impedidos de acessarem direitos sociais, agravando-se, assim, o índice de desigualdades sociais.

O preconceito torna-se, portanto, uma espécie de barreira que faz com que o indivíduo sinta-se intimidado a exercer seu direito de ir e vir, de efetuar transações bancárias, de consumir e até mesmo de procurar os serviços de saúde (FRAGA, 2011, p. 33).

Essas pessoas são invisíveis à sociedade, e por estarem relacionadas pelo senso comum ao alcoolismo, à vadiagem e à criminalidade, por estarem mal-cheirosas, sujas, acabam sendo excluídas das políticas públicas. Portanto, é importante destacar que a população em situação de rua, marcadas pelo preconceito tem os seus direitos violados a partir do momento em que não lhe é dada a liberdade de viver e de usufruir dos serviços, de forma universal e integral, isto é, descaracterizando a sua condição de cidadão, de sujeito de direitos.

O preconceito contra as pessoas em situação de rua é um dos aspectos decisivos para a caracterização da situação de rua do ponto de vista de Silva (2009). Segundo ela, a discriminação pode ser percebida na linguagem e nas práticas higienistas, atos violentos que afastam as pessoas em situação de rua de determinados locais.

Segundo as afirmações de Bessa (2009), alguns Estados brasileiros, por considerarem essa população extremamente perigosa, recorrem a práticas higienistas com o intuito de eliminar esta problemática da sociedade, utilizando-se de métodos violentos tais como “massacres, extermínios ou recolhimento forçado das ruas” (BESSA, 2009, p. 88).

A pessoa em situação de rua é tratada pela população também como coitada. Nesse estigma encontra se o discurso religioso de enquadrar as pessoas em situação de rua como dignas de piedade (MATTOS, 2004).

Portanto, essa forma de encarar as pessoas em situação de rua contribui para a construção da identidade dessas pessoas como inferiores e dignos de pena, favorecendo o assistencialismo, que apenas mantém o problema e nada contribui na superação desse modo de vida.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi posto, entende-se o surgimento do fenômeno população em situação de rua como expressão de um amplo processo social e histórico advindas do modo como se estrutura e se organiza o sistema capitalista marcada pela exploração e desigualdades sociais.

Este fenômeno vem assumindo novas expressões nas sociedades contemporâneas, particularmente nos centros urbano, sendo marginalizados pela sociedade, tendo como habitação os logradouros ou albergues públicos ou filantrópicos e, ainda, vivenciando situações de trabalho, condições de vida e inserções sociais precárias.

Assim, observou-se que a população em situação de rua busca estratégias frente à necessidade de sobreviver dentro da sociedade capitalista. Os empregos formais, quase não existentes para essas pessoas, dão lugar aos trabalhos informais e esporádicos que se encontram nas ruas, e que por isso passam a fazer parte do processo de ida para a rua na busca pelo sustento.

Deste modo, entende-se que além dessa busca de estratégias para sobreviver na sociedade, outro problema enfrentado por as pessoas que vivem em situação de rua é o tratamento dado pela própria sociedade, ao considerarem os mesmos como inúteis, improdutivos, vagabundos e preguiçosos, e dessa forma são estigmatizados por não estarem inseridos diretamente no mercado formal de trabalho, ou seja, a sociedade acaba fechando os olhos para este público, fazendo com que as oportunidade para uma reinserção no mercado de trabalho sejam minguadas.

**REFERÊNCIAS**

BURSZTYN, Marcel (organizador). **No meio da rua:** Nômades, Excluídos e Viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BESSA, Décio. **Cidadãos e Cidadãs em situação de rua:** uma análise de discurso crítica da questão social. P.54-121. Tese (doutorado em linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

COSTA, A.P.M. **População em situação de rua**: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005.

FRAGA, Patrícia. **“A rua de todos”:** Um estudo acerca do fenômeno população em situação de rua e os limites e possibilidades da rede de proteção no município de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GHIRARDI, M.I.G. et al. **Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores**. Interface Comunic, Saúde, Educ, São Paulo,v.9, n.18, p.601-610, 2005.

MATTOS, Ricardo Mendes, FERREIRA, Ricardo Franklin. **“Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua”**. Psicologia & Sociedade, São Paulo, no 16/ Maio/agosto de 2004, pp. 47-58

OLIVEIRA, Hilda Correa de**. População de Rua, entrevista com Hilda Correa de Oliveira.** Disponível em: <http://servicosocialja.com.br/artigos/2011/populacao-rua>-entrevistahilda, Novembro de 2017. Data de acesso: 10/05/2018.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São PAULO: Hucitec/Rede Rua, 2005.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil.** São paulo: Cortez, 2009. 293 p. ISBN 978-85-249-1499-7

SILVA, M.L.L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005** [dissertação]. Brasília: Departamento de Serviço Social/UNB; 2006.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde.** Revista Saúde e Sociedade, v.13, n.1, jan.-abr. 2004. p. 56-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/07.pdf>. Acesso em: 10 Maio de 2018

1. Acadêmica do Curso de Bacharelado em Serviço Social no Instituto de Educação Superior Raimundo Sá. E-mail: mariamattossanttos@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)